

**VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA
ALACIP 2015**

Revolução Passiva e desenvolvimento: a análise gramsciana sobre o processo de modernização do Estado na periferia do capitalismo.

Área temática: Teoria Política

Luciana Aliaga
lualiagaa@gmail.com
Professora depto. C. Sociais/UFPB

Trabalho preparado para apresentação no VIII Congresso Latinoamericano de Ciência Política (ALACIP).
Pontifícia Universidade Católica do Peru, 22 a 24 de Julho de 2015.

Revolução Passiva e desenvolvimento: a análise gramsciana sobre o processo de modernização do Estado na periferia do capitalismo.

Resumo

Iniciamos o presente artigo com a análise do conceito de *Revolução Passiva*, que A. Gramsci desenvolve nos *Cadernos do Cárcere* a partir das reflexões acerca da revolução burguesa na Itália. O conceito é de fundamental importância para o estudo dos Estados capitalistas que não seguiram o modelo clássico de revolução burguesa, cujo paradigma é a Revolução Francesa. Nestes contextos as “mudanças conservadoras” se mostram uma constante e sua ligação aos limites sempre estreitos das reformas democratizantes e à permanência de profundas desigualdades sociais e regionais consiste no centro de nosso interesse. Destarte, é possível observar uma notável similaridade entre a Itália, objeto imediato da análise gramsciana e os Estados que se caracterizam como periferia do capitalismo, como, por exemplo, o Brasil. Aqui a revolução burguesa ocorreu, assim como na Itália, sem rupturas violentas ou insurreições populares capazes de transformar a ordem de modo radical, o que contribuiu igualmente para a constituição de uma ordem social autoritária, com baixa participação popular, bem como para o aprofundamento das diferenças sociais e regionais. Nosso objetivo aqui se concentra, portanto, na reflexão sobre as condições políticas e sociais que se desenvolveram a partir da revolução passiva na Itália, bem como sobre as possibilidades de aplicação do conceito para a realidade brasileira e sua viabilidade para avaliação da qualidade de nossa democracia.

Centralização do poder político e conservação da ordem

Com a unificação da Itália o Norte e o Sul da península foram colocados em contato íntimo, mas ao contrário desta situação resultar em desenvolvimento para ambos, o que ocorreu, de acordo com Gramsci – devido à “bestial centralização”, foi a “emigração de todo dinheiro líquido do *Mezzogiorno* para o *Settentrione*”, em função da “necessidade” de que estas verbas encontrassem “maiores e mais imediatas utilidades na indústria” (GRAMSCI, 2014, p. 11, p. 12). Um dos dispositivos que agravava a situação era a política protecionista de produtos industriais, que aumentava o custo de vida dos camponeses meridionais sem que, contudo, o protecionismo sobre produtos agrícolas tivesse algum impacto significativo para as camadas mais empobrecidas, que, na sua maioria, produzia (quando produzia) apenas para o consumo (cf. *idem*, p. 13).

Um exemplo disto era o protecionismo sobre a produção de grãos, que previa a fixação do preço máximo dos grãos tendo como medida a improdutividade das terras inférteis. Este imposto deveria proteger os camponeses que não possuíam terras férteis, sobretudo os mais pobres do Sul, contudo, isto tinha pouco impacto sobre sua situação uma vez que a maior parte deles não produzia para comercialização, apenas para

consumo. Mas, por outro lado, o imposto elevava os já altos ganhos dos produtores de grãos do Valle Padana – região fértil da Itália Setentrional. Esta situação, portanto, beneficiava, sobretudo, os grandes produtores rurais e industriais, sendo, entretanto, bastante desfavorável para os mais pobres, seja no campo ou na cidade. Para os operários esta era uma situação gravíssima, pois o imposto sobre grãos elevava o preço do pão, tornando mais cara e difícil a subsistência dos trabalhadores nas regiões industriais.

Contudo, clérigos e grandes proprietários rurais, em aliança, buscavam convencer o camponês de que o protecionismo sobre os grãos era feito, principalmente, em seu benefício e de que era legítimo ainda que tivesse um impacto negativo sobre o custo do pão, isto é, procuravam obter a pressão vinda dos camponeses do Sul e das ilhas para tornar legítimos os ganhos dos grandes produtores de grãos do Norte, desta forma conseguiam também criar artificialmente uma oposição entre camponeses e operários. Assim o protecionismo na Itália se enrobustece porque “soube habilmente tornar antagônicos os interesses imediatos do campo e da cidade, e de uma parte da Itália contra a outra” (*idem*, p. 15). Destarte, criou-se na Itália uma oposição entre Norte e Sul que se sobrepôs e velou a real oposição entre capital e trabalho, produzindo – de ambas as partes – preconceitos úteis à dominação burguesa porquanto minava as chances de organização política unitária entre camponeses e operários.

O operário industrial do Norte – de acordo com Gramsci – capitulando à propaganda burguesa, acreditava que o *Mezzogiorno* seria a “bola de chumbo” que se oporia “aos mais grandiosos desenvolvimentos da economia nacional” (Cf. GRAMSCI, 2014c, p. 51). A ideia de que os meridionais seriam biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos por natureza, assim como a convicção de que o atraso do *Mezzogiorno* não seria culpa do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza que os fez “incapazes, criminosos, bárbaros”, estavam impressas nas mentes dos operários que, evidentemente, sofriam a influência da propaganda difundida pelos órgãos de opinião pública na Itália setentrional (Cf. GRAMSCI, 2014d, p. 76). Por outro lado, o camponês do Sul enxergava o Norte da Itália como um bloco uno de inimigos de classe (Cf. GRAMSCI, 2014c, p. 51), preconceito que o mantinha cimentado às mais reacionárias lideranças meridionais.

Os camponeses meridionais tiveram que suportar, portanto, não apenas a exploração e o domínio voraz de suas elites, mas também tiveram que aceitar a responsabilidade por sua própria miséria e atraso. Esta situação não se altera

fundamentalmente com a modernização do aparelho do Estado italiano, recém-saído do processo de unificação. De acordo com Gramsci, a classe dominante italiana, quando não teve mais condições de governar a partir de uma ditadura de classe exclusivista, isto é, quando não conseguiu mais manter a dominação apenas entre uma elite restrita, sob pena de ser superada, foi obrigada a delinear uma democracia burguesa. As opções eram as seguintes: uma “democracia rural” a partir da aliança com os camponeses meridionais, que exigiria uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, de descentralização administrativa e de baixos preços de produtos industriais; ou uma democracia orientada pelo bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, com política de protecionismo alfandegário, manutenção da centralização estatal, acompanhados de políticas reformistas de salários e liberdade sindical. Evidentemente a segunda opção foi a escolhida (GRAMSCI, 2014d, p. 82).

Esta democracia orientada pelo bloco industrial capitalista-operário evidentemente não estava aberta à participação ativa dos trabalhadores, pelo contrário, buscava incorporar os movimentos operários, os partidos populares e socialistas ao domínio burguês. O efeito mais deletério para o movimento operário foi a ausência de autonomia deste em relação ao Estado, de acordo com Gramsci o plano de Giolitti¹ em sua plena aplicação tornaria o proletariado torinense inexistente enquanto classe independente, passando a existir apenas “como um apêndice do Estado burguês” (*idem*, p. 84). A questão então seria rejeitar a aliança operário-burguesa e buscar unidade com os camponeses, principalmente os meridionais. Para isto importava superar tanto o corporativismo e o reformismo no seio do próprio movimento operário, quanto a atuação dos intelectuais meridionais entre os camponeses. Os intelectuais meridionais, por outro lado, pretendiam sedimentar o bloco agrário², manter o *status quo* a partir da afirmação da ideia de que os interesses dos trabalhadores do Norte seriam diversos do Sul e que, portanto, o inimigo de classe dos camponeses meridionais não seria a burguesia, rural ou industrial, mas o operariado urbano (Cf. *idem*, p. 89).

De acordo com Gramsci, ao contrário dos intelectuais industriais, cuja característica seria a inovação, a capacidade de direção e a organização técnica, os

¹ Giovanne Giolitti ocupou o cargo de Primeiro Ministro na Itália por um período que, no total, somam dez anos e meio, sendo seu primeiro mandato no período entre 1892 e 1893 e o último entre 1920 e 1921.

² A sociedade meridional era, de acordo com Gramsci, um “grande bloco agrário” que se constituía de três estratos sociais: as massas camponesas; os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais (Cf. *idem*, p. 86). A importância dos intelectuais meridionais se expressava pela sua presença na burocracia estatal, de acordo com Gramsci, mais de 3/5 desta eram constituídos por meridionais (*idem*, p. 87).

intelectuais meridionais constituíam um “velho tipo”³, isto é, um tipo presente onde as forças econômicas capitalistas não conseguiram se desenvolver ao ponto de se generalizar e, por isto, permaneceram marginais, de modo que a agricultura desempenha um papel central. Nestas formações o corpo de funcionários de Estado, composto por estes intelectuais, principalmente no âmbito local, na aldeia ou na vila rural, exercita a função de intermediação entre o camponês e a administração pública em geral. Sua atuação era complexa e difícil de caracterizar: “democrata em face aos camponeses, reacionário na face voltada ao grande proprietário e ao governo, politiquês, corrupto, desleal (...)” (*idem*, p. 87). Sua classe de origem, contudo, podia ser facilmente reconhecida: a burguesia rural, isto é,

“o pequeno e médio proprietário de terra que não é camponês, que não trabalha a terra, que se envergonharia de ser agricultor, mas que da pouca terra que tem, que arrenda ou negocia por meação simples, pretende retirar: do que viver convenientemente, do que mandar a universidade ou aos seminários os seus filhos, do que dar o dote às filhas que devem esposar um oficial ou um funcionário civil do Estado. Deste estrato os intelectuais recebem uma áspera aversão pelo camponês, considerado como máquina de trabalho que deve ser desmantelada até o osso e que pode ser substituída facilmente dada a superpopulação trabalhadora: absorvem também o sentimento atávico e instintivo do medo da multidão camponesa e das suas violências destruidoras e, portanto, um hábito de hipocrisia refinada e uma refinadíssima arte de enganar e domesticar as massas camponesas” (*idem*).

Destarte, este bloco agrário atuou historicamente para manter os camponeses distantes da política, isto é, trabalharam para aparecerem como seus porta-vozes, defensores de seus interesses, contudo, sempre buscaram impedir qualquer ação autônoma ou aliança com operários urbanos. Nas palavras de Gramsci: “seu único objetivo é conservar o *status quo*”, isto é, este “monstruoso bloco agrário” cimenta o camponês meridional ao grande proprietário por meio dos intelectuais e atua em seu conjunto como “intermediário e como sentinela do capitalismo setentrional e dos grandes bancos” (*idem*, p. 89). São justamente estes intelectuais meridionais que, a partir do loteamento do Estado, representaram um dos freios mais eficazes das reformas democratizantes quando da chegada da esquerda ao poder, no processo que ficou conhecido como “revolução parlamentar”.

³ Nos *Cadernos do Cárcere* Gramsci avançará na caracterização destes intelectuais a partir do conceito de “intelectual tradicional”, em oposição aos modernos tipos de intelectuais ligados à sociedade capitalista, os “intelectuais orgânicos” (Cf. Q. 12, §1, p. 1513-1523 - para fins de simplificação citaremos os *Quaderni del Carcere* – GRAMSCI, 2007 - utilizando a letra Q. seguida do número do caderno, do parágrafo e da página da obra).

Crise parlamentar e transformismo

Na cultura política do imediato pós *Risorgimento*, o Parlamento representava “o centro legitimador” do processo político, isto é, “a única verdadeira arena nacional de concepção política” (CAMMARANO, 2011, p. 12). De acordo com Cammarano, desde antes da unificação, a política cavourniana trabalhou arduamente para que houvesse uma forte aceleração para ascensão do Parlamento enquanto instituto que encarnava o princípio liberal de mediação política entre as forças constitucionais presentes no país, operando essencialmente como centro de equilíbrio entre interesses regionais conflitantes. Por este motivo, fora do Parlamento, a dimensão ideológico-organizativa permanece, ao menos até 1876, “uma perspectiva decisivamente marginal” (*idem*, p. 12-13). O parlamento enfrenta, contudo, logo após a unificação, uma forte crise, um crescente sentimento de antiparlamentarismo animado pelas evidências de corrupção e corporativismo das suas lideranças, pela centralização burocrática e pela pouca participação popular na política institucional. Esta crise no parlamento se expressa por meio de um novo vocabulário que surge entre seus críticos. A partir de 1865 surgem termos como “*consorteria*” e “*favoritismo*” para caracterizar práticas políticas deploráveis a serem rejeitadas. O termo “*transformismo*” passa a ser frequente no vocabulário a partir de 1876 – ano da “revolução parlamentar” – como sinônimo de corruptela e de confusão (cf. ALBERTONI, 1965, p. 81). Silvio Spaventa reconhecia no sufrágio restrito uma das causas da corruptela e na composição limitada e classista dos partidos, causa ulterior das disfunções da vida pública, isto é, os partidos nasciam de uma mesma classe, da burguesia, que já se constituía como camada dominante (cf. *idem* p. 81-82, nota 45). De acordo com De Ruggiero, “a insuficiência da vida econômica e social coincidem com o subdesenvolvimento do pensamento político liberal e explicam também as insuficiências das instituições representativas nascidas e crescidas em um país de estrutura tão frágil” (*idem*, p. 88).

O fato do termo “transformismo” ser mais frequente no ano da “revolução parlamentar” evidentemente não é acidental. Aquilo que se chamou de revolução foi na realidade resultado de uma crise ministerial que levou a esquerda ao poder. É possível dizer que em termos gerais o que ocorreu foi uma mistura entre a oposição com elementos moderados, isto é, “a passagem de uma parte da Câmara da oposição ao governo e o refluir de uma parte dos moderados à oposição” (*idem*, p. 90-91). Esta oposição nasce nos anos 1870 e se diferencia da *Sinistra Storica*, de inspiração

mazziniana e garibaldina. Esta nova esquerda é muito mais aberta aos acordos, menos ligada aos princípios, mais “realista” ou pode-se dizer, mais pragmática, é a chamada *Sinistra Giovane* (cf. CAMMARANO, 2011, p. 19, 20; cf. também PROCACCI, 1975, p. 404). Ela se compunha por camadas da burguesia setentrional e meridional, além de estratos democratas, ainda ligados as vertentes mazziniana e garibaldina (Cf. CAMMARANO, 2011, p. 18). Havia, contudo, uma diferença importante entre estes diferentes estratos burgueses: enquanto a burguesia setentrional estava mais voltada para o alargamento da democracia, defendendo uma política fiscal menos austera, o alargamento do sufrágio eleitoral, maior descentralização e democratização do Estado; a burguesia meridional estava muito menos preocupada com um Estado democrático e mais interessada em diminuir impostos e aumentar os repasses de fundos públicos para o *Mezzogiorno* (Cf. PROCACCI, 1975, p. 404). Na realidade, ocorria uma conciliação de interesses, certa liberdade para reformas democratizantes em troca da garantia de postos no governo para a burguesia meridional, dando origem à chamada “meridionização da administração pública” (*idem*, p. 407).

Evidentemente, o saldo dessa coalisão foi um resultado medíocre para o alargamento da democracia, isto é, reformas pouco significativas do ponto de vista do impacto sobre a educação pública e sobre a política. A reforma eleitoral de 1882 se limitou à aprovação do rebaixamento do censo, da idade e do grau de instrução exigidos para compor o colégio eleitoral. Esta reforma, que elevou o número de eleitores de 500 mil para 2 milhões na Itália, foi desenhada, contudo, de modo a favorecer mais a cidade que o campo. Quem, de fato, saiu beneficiada foi a pequena burguesia e os estratos mais elevados do operariado e dos artesãos (*idem*, p. 407-408). Em decorrência disto, enquanto a burguesia do Norte encontrou possibilidades de desenvolvimento econômico, no Sul, a reforma teve um impacto muito pequeno, de modo que a política permaneceu restrita à elite e refém das clientelas (*idem*, p. 408), de modo que, ao contrário de se resolver as contradições regionais, aprofundou aquelas já existentes.

A revolução Passiva e os intelectuais

Para Gramsci, a questão meridional não se refere exclusivamente ao *Meridione*, mas sim a toda a Itália e ao seu Estado, às relações políticas e econômicas que se estabeleceram entre o *Settentrione* e o *Meridione*, às falsas oposições que foram criadas entre trabalhadores do Norte e do Sul, ao desenvolvimento do capitalismo sobre as bases atrasadas do domínio de elites reacionárias, das alianças entre burguesia

industrial, burguesia agrária e a Igreja Católica para modernização do aparelho de Estado sem profundas transformações na base econômica e das classes no poder. Esta reflexão sobre a questão meridional à luz do processo de constituição do Estado unitário nos fornece uma orientação teórico-metodológica para estudo da formação dos Estados burgueses posterior à Revolução Francesa. Neste sentido, não é a crítica à democracia parlamentar o elemento mais importante a considerar e sim o processo de transformação em sentido capitalista presidido pelo Estado.

Nos *Cadernos do Cárcere* Gramsci avança na análise sobre o *Risorgimento* inserindo o conceito de Revolução Passiva. De acordo com o autor, nos Estados europeus modernos não nascidos da revolução de tipo jacobino-francês a modernização do aparelho de Estado se daria sem a explosão revolucionária, isto é, sem a mudança radical e violenta das relações sociais e políticas, mas, por meio de ondas reformistas moleculares, que expressam a conciliação das diferentes frações da burguesia com as velhas classes feudais (cf. Q. 10II, §61, p. 1361). O conjunto de “pequenas ondas reformistas sucessivas [...] sem explosões revolucionárias como aquela originária francesa” define um processo de revolução sem revolução. Estas ondas reformistas modernizam o aparelho de Estado conservando as antigas classes no poder, e ao mesmo tempo absorvem molecularmente as lideranças das classes subalternas no interior do aparelho estatal, decapitando as massas e, assim, impedindo sublevações violentas vindas de baixo (*idem*). Nos *Cadernos*, Gramsci destacará o papel fundamental que os intelectuais tiveram na direção dos Estados europeus modernos não nascidos da revolução de tipo jacobino-francês, como é o caso da Itália. Nestes contextos, o impulso para o progresso não está baseado no desenvolvimento econômico nacional, mas naquele internacional, isto é, a revolução burguesa se desenvolve a partir do impulso dos países centrais, principalmente sob a influência da Revolução Francesa (Cf. Q. 10II, §61, p. 1361). Deste modo, o desenvolvimento econômico internacional envia para a periferia suas correntes ideológicas (que nascem com base no desenvolvimento econômico dos países mais avançados no capitalismo). Assim, em nível nacional, o grupo portador de novas ideias não é o grupo econômico, mas os intelectuais (Cf. Q. 10II, §61, p. 1361).

Aqui se compreende a centralidade dos intelectuais capazes de cimentar estas classes e levar a cabo uma série de reformas burguesas a partir do alto, a partir dos arranjos e conciliação entre as diferentes frações da burguesia, donde deriva a indiferenciação ideológica e a exclusão das massas populares da política parlamentar.

Como se vê, Gramsci desloca o eixo da discussão da crise do sistema parlamentar para uma análise da formação do Estado, evidenciando que os problemas envolvidos na questão meridional não podem ser interpretados como mera conjuntura, superáveis com reformas pontuais feitas pelo Estado ou mesmo pela “renovação” do parlamento. A permanência de elites reacionárias, antiliberais no poder, bem como a existência de enormes diferenças sociais (e regionais) são, sob este ponto de vista, fenômenos produzidos e reproduzidos pela estrutura a partir da qual o Estado burguês se formou, particularmente sensíveis na periferia do capitalismo.

A revolução burguesa na periferia

A análise da revolução burguesa no Brasil como um processo de longa duração, presidido pelo alto e sem a participação ativa das massas populares não é novidade na literatura brasileira. Já em 1936, Sérgio Buarque de Holanda em seu fundamental *Raízes de Brasil* observava que em “nossa revolução”, “na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às novas funções de Estado foram recrutados entre os indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendências características dessa classe” (HOLANDA, 1999, p.88). Deste modo, segundo o autor, ocorreu a “substituição dos detentores do poder público sem as correspondentes transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade”, culminando na “separação da política da vida social” no Brasil (idem, p. 177-178). Este elemento de conservação social da nossa revolução não seria para o autor especificamente brasileiro, mas próprio da periferia, isto é, em toda a América do Sul, as constituições foram feitas “para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história” do continente (idem, p. 182).

As interpretações da revolução brasileira calcadas especificamente no pensamento de Antonio Gramsci, contudo, apareceram somente a partir da difusão das obras do autor no Brasil, a partir da década de 1960⁴. As edições temáticas publicadas

⁴ Concepção dialética da história (1966); Literatura e vida nacional (1966); Maquiavel, a política e o Estado moderno (1968); e Os intelectuais e a organização da cultura (1968). Sobre este tema cf BIANCHI, 2007, p. 7-8. Estes volumes são resultado da tradução da primeira edição dos *Cadernos do Cárcere* publicada na Itália de forma temática, isto é a partir do agrupamento das notas gramscianas por argumentos e por temas homogêneos em volumes independentes. Somente em 1975, V. Gerratana organizou a edição crítica, que incluiu todas as notas feitas por Antonio Gramsci nos 29 cadernos de tipo escolar escritos na prisão (ao todo foram 33 cadernos, contudo os 4 dedicados a traduções não foram incluídos), distinguindo os textos A (de primeira escritura), textos B (de única escritura) e textos C (de segunda escritura). Estes textos C são uma reescritura dos textos A, alguns são retomados sem grandes

no Brasil pela editora Civilização Brasileira foram traduzidas por intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua repercussão nos anos 1960 ficou circunscrita, sobretudo, aos militantes do PCB (Cf. BIANCHI, 2007, p. 7). Mais tarde, contudo, um conjunto de autores, apoiando-se diretamente no pensamento gramsciano e/ou utilizando o conceito correlato de “via prussiana”, aplicado por Lênin em 1921 à análise da revolução burguesa na Alemanha⁵, ocupar-se-á especificamente da análise da história brasileira a partir das implicações, sobretudo políticas, da revolução pelo alto em contexto nacional. Em 1979, Carlos Nelson Coutinho, que se destacou como um dos principais intérpretes do pensamento gramsciano no Brasil, no ensaio *A Democracia Como Valor Universal*⁶, já havia formulado uma aplicação do conceito de revolução passiva para a análise do desenvolvimento brasileiro. Neste ensaio o autor observa que a modernização econômico-social no Brasil sempre ocorreu através da conciliação entre “frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo” com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional” (COUTINHO, 1979, p. 9). Em função disto, a “tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas, sobretudo, do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais” foi a tônica da ação das elites políticas no Brasil (Cf. idem).

Principalmente a partir da década de 1970, um número importante de autores passa a utilizar o conceito de revolução passiva para a análise do desenvolvimento político e socioeconômico brasileiro⁷. É possível observar, contudo, que este campo de estudos ainda carece de certa sistematização voltada especificamente para o processo de modernização capitalista na periferia do sistema, porquanto falta ainda uma análise mais

reformulações, outros sofrem significativas modificações e/ou inserções (cf GERRATANA, 2007, p. XXXVI).

⁵ Cf. LENIN, 1954.

⁶ Anteriormente, em 1974, Carlos Nelson Coutinho escrevera o ensaio “O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira” (cf. VVAA, *Realismo e AntiRealismo na Literatura Brasileira*, 1974, agora em COUTINHO, 2011). Aqui, entretanto, o conceito de via prussiana aparece em segundo plano, isto é, não orienta a análise, mas a ilumina. O interesse do autor se concentra mais especificamente em mostrar como a estagnação social relacionada à via prussiana de desenvolvimento capitalista no Brasil dificulta a criação de autênticas obras estéticas de vertente realista (Cf. COUTINHO, 2011, p. 95).

⁷ Dentre os primeiros trabalhos que partem dos conceitos de revolução passiva e/ou via prussiana para análise do Brasil citamos Luiz Werneck Vianna, *Sindicalismo e liberalismo no Brasil*, de 1976; do mesmo autor *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de 1976 e *A revolução passiva, iberismo e americanismo no Brasil*, de 1997; J. Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, de 1978; e de 1988, um artigo de Joanildo Burity, *Estado e Capitalismo na Revolução Passiva Brasileira*. A partir da década de 1980 os estudos que buscam aplicar o conceito de revolução passiva e, de modo mais amplo, que utilizam as categorias gramscianas demonstram crescimento no Brasil. Dos trabalhos mais recentes citamos a obra organizada por Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, *Hegemonia às avessas*, 2010.

consistente que qualifique de modo apropriado a determinação entre a posição periférica que ocupa o país/a região na divisão internacional do trabalho e as relações internas estabelecidas entre as classes sociais no Brasil/na América Latina. Em outros termos, o campo ainda está aberto para análises que, partindo do conceito de revolução passiva, relacionem a dependência externa às relações sociais internas. Nosso objetivo, entretanto, não consiste em analisar as diferentes interpretações e aplicações do pensamento de Gramsci no Brasil, o que seria em si um projeto interessante, mas que, contudo, não caberia nos limites deste artigo. O que queremos especificamente é, em primeiro lugar, reafirmar o caráter específico que as transformações capitalistas assumem em cada realidade nacional e ao mesmo tempo demonstrar como, nos países que tiveram sua revolução burguesa posterior à revolução francesa como é o caso da Itália e da Alemanha⁸, por exemplo, ou mesmo mais tardiamente, como no caso do Brasil, existem importantes afinidades, que se expressam diretamente na cisão entre desenvolvimento capitalista e a democracia participativa, isto é, na participação política restrita às elites.

No caso do Brasil, contudo, a situação se agrava em função de sua posição periférica em relação aos países capitalistas centrais, isto é, a posição subordinada e dependente de nosso capitalismo aprofunda as tendências autoritárias que frequentemente assume a ordem nos países que se modernizaram a partir de uma revolução passiva. Neste sentido, Florestan Fernandes, na medida em que desenvolve um estudo rigoroso e detalhado sobre o que qualifica como uma “revolução dentro da ordem, a partir de cima e de cunho autodefensivo”, caracterizando-a a partir de sua situação periférica, isto é, de sua relação de dependência com os países centrais (Cf. FERNANDES, 1975, p. 212) emerge como um autor fundamental para a presente análise⁹. A partir de suas reflexões procuraremos, de modo sintético, estabelecer um nexos entre o conceito de revolução passiva, a formação do capitalismo na periferia e aquilo que Fernandes chama de “ordem social autocrática”, isto é, nosso objetivo

⁸ No caso de países como Alemanha (e também do Japão), entretanto, as burguesias “articuladas a aristocracias poderosas ou burocracias influentes”, por meio da centralização política conseguiram conduzir as transformações capitalistas a níveis igualmente altos àqueles dos países de revolução burguesa clássica (Cf. FERNANDES, 2005, p. 108).

⁹ Concordamos com Plínio de Arruda Sampaio Jr. quando lembra a atualidade do pensamento de Fernandes, de acordo com o autor, “embora as mudanças no contexto histórico externo e interno exijam novas investigações e novas reflexões sobre os dilemas da revolução brasileira, as contribuições de Caio Prado e Florestan Fernandes permanecem como referências basilares do pensamento socialista brasileiro” (SAMPAIO JR, 2005, p. 8).

consiste em evidenciar a relação existente entre a revolução passiva no Brasil e a constituição de uma democracia restrita, que funciona sistematicamente a partir da exclusão das massas populares da participação política parlamentar.

Revolução passiva e dependência

Em a *Revolução Burguesa no Brasil*, de 1974, Fernandes identifica na Independência o marco inicial da formação da sociedade nacional e um verdadeiro processo revolucionário, mas esta seria uma “revolução encapuçada”. Como esclarece o autor, este processo revolucionário não se objetivou por meio de “manifestações de grandes massas humanas, do uso organizado da violência e de anseios coletivos irreduzíveis de transformação da estrutura social”, pelo contrário, a revolução brasileira é desencadeada pela “obstinação” e “eficácia” com que as elites se empenharam para a internalização dos centros de poder, “sem negar a ordem social imperante na sociedade colonial”, pelo contrário, reforçando-a, num movimento contraditório de revolução e contrarrevolução simultâneas. Deste modo as elites atuaram de modo revolucionário ao nível das estruturas de poder político, adaptando-as, contudo, às condições de funcionamento da ordem social vigente. Em função disto a Independência pressupôs ao mesmo tempo um “elemento puramente revolucionário” – a formação do Estado nacional independente – que convivia com um “elemento especificamente conservador” – a manutenção da ordem social escravocrata, que trazia em seu bojo tanto a extrema concentração de renda existente no Brasil colonial quanto o monopólio de poder pelas elites (Cf. FERNANDES, 1975, p. 31-33).

Estas condições moldaram a democracia brasileira, isto é, combinou-se o princípio da representação política restrita às classes senhoriais, com a existência de um forte poder executivo e com o poder moderador que tinha a possibilidade de recrutar ministros e conselheiros de Estado entre deputados e senadores, resultando em uma aguda concentração do poder. Este conjunto de condições praticamente reduzia a sociedade civil às elites dominantes, excluindo, assim, o grosso da população da participação política no Estado. Em virtude disto, termos ou expressões como “povo”, “nação” ou “opinião pública” “indicavam pura e simplesmente que os diversos estratos das camadas senhoriais deviam ser levados em conta nos processos políticos” (idem, p. 37-38, 40, 43). Situação que não se altera fundamentalmente como a Primeira República, que – de acordo com Fernandes – preservou as condições que permitiam a coexistência de “duas nações”: a que se incorporava à ordem civil (a minoria que

efetivamente participava da política) e a que estava excluída dela de modo parcial ou total, isto é, a “nação real” que constituía cerca de quatro quintos da população (Cf. idem, p. 206). Esta burguesia que, contudo, se propunha idealmente “revolucionária, democrática e nacionalista” mostra sua verdadeira face quando as classes subalternas ensaiam qualquer cobrança para participação política, reagindo de maneira reacionária e ultraconservadora como ocorreu, como lembra Fernandes, nas primeiras décadas do século XX, quando das greves operárias em São Paulo, tratadas como questões de polícia. Procedimento que demonstra ser recorrente em seu modo de enfrentar as “aspirações democráticas das massas” (cf. idem, p. 206).

No Brasil da passagem do século XIX para o XX, contudo, a conciliação entre a ordem senhorial e os ideais e princípios liberais foi elemento fundamental porquanto permitiu a transformação das estruturas de poder e da relação das classes dominantes com o poder sem, contudo, alterar a ordem de modo radical, estabelecendo uma “correlação entre o ‘velho’ e o ‘novo’” (idem, p. 47). Deste modo, de acordo com Fernandes, o fulcro da formação e do desenvolvimento da ordem social nacional no Brasil correspondeu a um processo de “burocratização da dominação patrimonialista divorciada de seus modelos tradicionais” a partir do “amálgama de forças que defendiam a perpetuação do passado no presente e forças que defendiam alguma espécie de ruptura com o passado” no interior das classes dominantes (p. 54-55). O Estado, neste sentido, passa a ser o elemento de unificação das diferentes frações da burguesia, que por meio dele convertem seus interesses comuns em interesses gerais (cf. idem, p. 55)¹⁰. Este papel dirigente que o Estado assume na medida em que unifica os interesses específicos das diferentes frações das classes dominantes, universalizando-os para toda a sociedade foi descrito por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* como uma crise de hegemonia, isto é, as classes dominantes não logram ser também dirigentes porquanto não são capazes de se expandir para além de seus interesses econômicos corporativos e construir o consenso na sociedade civil, isto é, dirigir as classes aliadas e, ao mesmo

¹⁰ Em outro lugar diz Fernandes: “ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, **a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político**, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. (...) Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível” (FERNANDES, 1975, p. 204, grifos nossos).

tempo, impor a dominação às classes inimigas (cf. Q. 1, § 48, p. 59¹¹). Em outros termos, somente conseguem ser dirigentes por meio do Estado.

De fato, historicamente esta crise de hegemonia encontrou na centralização burocrática do Estado a solução para manutenção da dominação das classes no poder, isto é, para evitar sublevações violentas vindas das classes subalternas. Este processo se torna mais claro na análise de Gramsci sobre a política italiana. De acordo com o autor, desde o *Risorgimento* o Estado italiano teria assumido a função dirigente que caberia aos partidos (cf. Q. 15, §59, p. 1822). Esta sobre-determinação do “Estado-Governo” que se mostrou permanente na política italiana teve como consequência, sobretudo, a fraqueza dos partidos políticos italianos (cf. Q. 3, § 119, p. 387). Esta atuação do governo tem um impacto direto na dificuldade de organização de partidos de base popular, que apresentam uma atuação episódica, fragmentada, isto é, esta situação impõe fortes obstáculos a uma organização de massas e para a construção da hegemonia das classes subalternas.

O governo italiano – de acordo com Gramsci – teria operado como um “partido” para separar os partidos populares “das grandes massas e ter ‘uma força de sem-partido ligada ao governo por vínculos paternalistas de tipo bonapartista-cesarista’” (*idem*). A burocracia de Estado, em decorrência, se apartou do país, de forma que através das posições administrativas, tornou-se um “verdadeiro partido político”, de acordo com Gramsci, “o pior de todos, porque a hierarquia burocrática substituiu a hierarquia intelectual e política”: a burocracia tornou-se justamente “o partido estatal-bonapartista” (*idem*, p. 388). Ao estabelecer vínculos paternalistas com as massas, o Estado não permite aos organismos de classe o desempenho das tarefas necessárias para educação e preparação política da base da nação. De acordo com Karl Mannheim esta foi precisamente a atuação do Estado fascista (*Apud* ALBERTONI, 1985, p. 356).

Como a história nos mostra, esta tem sido também a atuação do Estado brasileiro, não apenas durante a ditadura militar, isto é, a dominação burguesa no Brasil demonstra um caráter permanentemente autocrático, que absorve “como uma divergência *intra muros*” a oposição que surge “a partir de cima”, dos setores médios da burguesia, reprimindo – seja violentamente ou por meio do paternalismo e/ou manipulação-cooptação – a oposição que surge de baixo, dos estratos populares,

¹¹ Para simplificação do texto citaremos Gramsci nos *Quaderni del Cárcere* utilizando a letra “Q”, seguida do parágrafo e da página de referência.

impedindo que conquistem um espaço político próprio “dentro da ordem” (cf. FERNANDES, 2005, p. 207-208). Para Fernandes, portanto, é preciso estar atento às especificidades que a revolução brasileira apresenta, isto é, que a dominação burguesa na periferia “aparece como conexão histórica não da ‘revolução nacional e democrática’ mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe”, que é o do fechamento do espaço político de mudança social construtiva (cf. *idem*, p. 214). Por esta razão, em função dos contornos autoritários da ordem social na periferia, torna-se “quase impraticável usar o espaço político, assegurado pela ordem legal, para fazer explodir as contradições de classe” (cf. *idem*, p. 296).

Posteriormente, num ensaio de 1981, *O que é revolução*, Fernandes retoma parte das reflexões feitas em *A Revolução Burguesa no Brasil*. O autor observa que a “‘revolução dentro da ordem’ possui um conteúdo bem distinto do que ela assumiu na órbita histórica dos países capitalistas centrais” (FERNANDES, 2005, p. 60). De modo similar ao que Gramsci já havia observado nos *Cadernos do Cárcere*, isto é, que o impulso para a constituição do capitalismo após a Revolução Francesa viria de fora, Florestan observa como esta situação se agrava na periferia – nas “revoluções burguesas em atraso” – que teriam seu processo alimentado pela energia dos países capitalistas centrais (*idem*, p. 61). A particularidade deste capitalismo tardio estaria, portanto, no fato de que o processo na periferia não teria mais o caráter inovador que tiveram as revoluções burguesas dos países centrais. Nas palavras do autor, nestas formações “as classes burguesas não se propõem as tarefas *construtivas*, que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática” (FLORESTAN, 2005, p. 60).

Na periferia, portanto, tratar-se-ia de estabelecer o capitalismo e, ao mesmo tempo, manter a ordem a todo custo, tornando o anseio pela participação, as mobilizações populares, casos de polícia. Em outras palavras, nos países que tiveram sua revolução burguesa tardiamente o processo capitalista teria que conciliar as “modernizações sucessivas a uma consciência de classe conservadora crescentemente mais estreita, mais perigosa e mais perniciosa” (*idem*, p. 68). É preciso, portanto, considerar a especificidade dos países de origem colonial, que teriam sofrido – de acordo com Fernandes – um desenvolvimento “capitalista deformado” (Cf. *idem*, p. 107). Uma destas “deformações” seria a ausência das reformas típicas da revolução

burguesa clássica (como a reforma agrária e a constituição de uma democracia de base mais extensa, por exemplo) além das diferenças de desenvolvimento regional¹².

Tal como na Itália, a esquerda chega ao poder pela via do transformismo. Com a ascensão do Partido dos trabalhadores (PT) ao poder no ano de 2003, o que se observou – para decepção dos movimentos sociais e dos estratos populares – foi um governo de conciliação que, se de um lado tinha uma aliança histórica com movimentos e sindicatos de trabalhadores, por outro, manteve e aprofundou as políticas de orientação neoliberal, terrivelmente desfavorável para estes setores¹³. Conforme ressaltam Bianchi e Braga (2005, p. 1753) ao contrário de representar uma alternativa ao modo de fazer política no Brasil, o programa do Partido dos Trabalhadores afirmou uma lógica de Estado com uma visão de desenvolvimento gradual da estrutura econômica do capitalismo brasileiro por meio de sucessivas mudanças dirigidas pelo Estado, evitando a intervenção ativa das classes subalternas neste processo. Um PT governo – dizem os autores – “faz este exorcismo do possível mal e valoriza o que de bom o mercado apresenta, humanizando-o” (*idem*). Este raciocínio de administração da presente estrutura econômica em busca de um capitalismo humanizado mutila a dialética porquanto a restringe a “um jogo de oposições entre o bom e o mau”.

A anulação política dos fatores indesejáveis ao tipo de capitalismo prognosticado pelo PT suprimiria os polos de oposição da “dialética superação”, permitindo a recriação da situação em novas bases. “O resultado desta operação é uma constante reprodução da existência anterior por meio de um processo de aperfeiçoamento e harmonização do real” (*idem*, p. 1753). Neste sentido, a revolução passiva consistia no conteúdo do governo do PT: “atualizações graduais da estrutura econômica do capitalismo por meio de sucessivas mudanças dirigidas pelo Estado, evitando a ativa intervenção das classes subalternas no processo”, reproduzindo, desta forma, “a história do desenvolvimento capitalista brasileiro, marcado por constantes transformações passivas levadas a cabo sob a direção do Estado” (*idem*, 1753-1754).

¹² Neste sentido, mesmo nos Estados Unidos, que constituem um dos centros mais dinâmicos do capitalismo atual (de acordo com Fernandes, os exemplos mais clássicos de revolução burguesa são a Inglaterra, a França e os Estados Unidos), em função de sua origem colonial, apresenta algumas “sequelas” estruturais, tais como: “concentração regional do desenvolvimento, segregação, discriminação e preconceitos sociais, étnicos e nacionais e fechamento do sistema democrático a duas opções controladas pelas elites das classes dominantes” (*idem*, p. 108). No contexto brasileiro, com a industrialização, concentrou-se renda, recursos humanos e tecnológicos no eixo Sul/Sudeste, causando impactos socioeconômicos negativos sobre as regiões cuja economia possuía base agrária e baixa concentração industrial, como o Norte/Nordeste.

¹³ Sobre isto ver ARAUJO & VÉRAS, 2010.

Considerações finais

A centralização política e as conseqüentes diferenças regionais, bem como a democracia restrita às elites e o transformismo se mostram sensíveis tanto no caso dos países europeus como Alemanha e Itália, quanto nos países de origem colonial. Nos países europeus cuja revolução burguesa se desenvolveu no final do século XIX, na ausência de uma direção essencialmente burguesa do processo, foi necessária a conciliação entre o novo e o antigo, entre as classes progressistas de face mais democrática e as antigas forças feudais, de caráter reacionário, o que resultou tanto na centralização do poder quanto em reformas democráticas sempre limitadas, que mantiveram recorrentemente uma restrita participação popular na política parlamentar. Situação que, como vimos, experimenta uma realidade agravada na periferia do capitalismo.

Nos países de passado colonial os problemas da centralização política, das diferenças de desenvolvimento regional, do déficit de democracia se juntam ao tipo específico de capitalismo, isto é, sob variadas formas de desenvolvimento capitalista “controlado de fora e voltado para fora”, a exploração capitalista é partilhada entre os centros internos e os centros externos de poder, com o protagonismo dos segundos, o que caracteriza sua natureza dependente (cf. FERNANDES, 2005, p. 108). Este não é um fator de menor importância quando pretendemos analisar a qualidade de nossa democracia na medida em que, como demonstra Fernandes, existe uma relação direta entre o tipo específico de capitalismo na periferia e o papel que assume a burguesia e as relações sociais de forças neste contexto. Para o autor, as burguesias nacionais na periferia e aquelas das nações capitalistas hegemônicas possuíam “orientações e interesses” que se moviam em sentidos completamente opostos. Isto é, enquanto as segundas se caracterizaram como “burguesias conquistadoras”, pode-se dizer, burguesias de “espírito nacional e revolucionário”, as primeiras quiseram “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorassem” (FERNANDES, 1975, p. 294).

A incompreensão das especificidades da revolução burguesa na periferia por parte dos autores que então faziam a análise sobre a América Latina os levava, segundo Fernandes, a considerá-la uma “revolução frustrada”, equívoco induzido – segundo o autor – provavelmente por uma interpretação pouco cuidadosa de Gramsci sobre a

Revolução Burguesa na Itália (cf. idem)¹⁴. A revolução passiva não pode ser entendida como uma revolução interrompida ou frustrada, mas uma revolução com características próprias, determinadas pela posição ocupada pelo país no capitalismo mundial. Como já dissemos antes, Fernandes chama a atenção para o desenvolvimento tardio no Brasil, impulsionado pela dinâmica dos países hegemônicos, voltado para fora. Neste caso, haverá impactos socioeconômicos e políticos importantes, determinando em graus diferentes para cada situação entre os países periféricos, o lugar subalterno que pode ocupar em relação aos países capitalistas centrais. Destarte, a burguesia assumirá um papel político diferente daquele que assumiu a burguesia francesa, inglesa ou norte americana. Na periferia observa-se uma “hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa” (idem, p. 292), isto é, o centro mais dinâmico, mais avançado da modernização não são as classes sociais, os grupos econômicos, e sim uma elite de intelectuais. De modo que a equação destes fatores resulta na extrema concentração social e regional de riqueza combinada com formas políticas elitistas e/ou autoritárias da gestão do poder, agravadas na periferia pela combinação entre desenvolvimento capitalista e formas pré ou subcapitalistas de trabalho, conformando o que Fernandes chama de “capitalismo selvagem” (cf. idem, p. 293).

Diante disto, o que se observa é um descompasso entre o liberalismo no Brasil, sua defesa dos princípios democráticos, e a estrutura real de funcionamento das instituições, voltadas permanentemente para a perpetuação das oligarquias no poder e para a reprodução da ordem social excludente com forte concentração de riqueza, ou seja, a despeito dos discursos ou mesmo da existência episódica de avanços democráticos, a “realidade efetiva” da política no Brasil é fortemente antidemocrática, ou, especificamente, autoritária. Entre discursos, ilusões democráticas e atuação dos órgãos de opinião pública no Brasil, tal realidade aparece quase sempre confusa, velada, o que aparece em primeiro plano é o discurso moral, isto é, a exclusão das massas populares da política e as conseqüentes deformações de nossa democracia parlamentar aparecem como problemas individuais, relacionados à qualidade moral e ética de nossa classe política ou é debitada na conta deste ou daquele partido político.

¹⁴ Fernandes conhecia a obra de Gramsci, entre as obras de referência que constam na bibliografia de *A Revolução Burguesa no Brasil*, está *Il Risorgimento*, uma das edições temáticas que foram organizadas pelo Partido Comunista Italiano, mas que nunca foi traduzida para o português. *Il Risorgimento* reúne justamente os parágrafos onde Gramsci tratou da revolução burguesa na Itália e onde desenvolve parte significativa de suas reflexões sobre o conceito de revolução passiva.

A presente análise nos leva a concluir, portanto, que qualquer análise sobre a “atual crise política” no Brasil, que, entre outras coisas inclui a corrupção endêmica dos grupos no poder – seja no congresso, no governo ou na sociedade civil, em especial entre os setores empresariais –, a indiferenciação ideológica entre direita e esquerda, a vacuidade dos discursos parlamentares, a centralização burocrática e a decapitação dos movimentos vindos de baixo a partir da assimilação molecular de lideranças populares, esvaziando seu conteúdo revolucionário – formas associadas ao transformismo –, bem como a repressão violenta das mobilizações autenticamente populares e dos movimentos sociais, deverá furtar-se de diagnosticar a enfermidade apenas observando a epiderme, distorção ocular que separa a política do desenvolvimento socioeconômico mais amplo e redundante na responsabilização individual da classe política, de partidos políticos ou de governos específicos, isto é, deve aprofundar-se até chegar à análise de nossa estrutura de desenvolvimento, que ocorreu fortemente associada à restrição da participação política a setores cada vez menores da população.

Bibliografia

- ARAÚJO, Angela M. Carneiro; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. “O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas”. In *VI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho*, Cidade do México, México, abril de 2010.
- ALBERTONI, Ettore. A. *La teoria della classe politica nella crisi del parlamentarismo*. Milano: Istituto editoriale Cisalpino, 1968.
- BIANCHI, A. “Dossiê Gramsci e a Política. Apresentação”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 29, p. 7-13, nov. 2007.
- BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. “Brazil: the Lula government and financial globalization”. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n.º 4, 2005.
- CAMMARANO, Fulvio. *Storia dell’Italia liberale*. Roma-Bari: Laterza, 2011.
- COUTINHO, C. N. A Democracia Como Valor Universal (1979). In <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm> 2/15. Consulta em 16/06/15.
- _____. “O significado de Lima Barreto em nossa literatura”. In _____ *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaio sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. “O que é revolução”. In PRADO JR., C.; FERNANDES, F. *Clássicos sobre a revolução brasileira*, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

- GERRATANA, V. “Apparato critico”, in GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, v. 4, Torino: Einaudi, 2007a.
- GRAMSCI, A. “Il Mezzogiorno e la guerra”, *Il Grido del popolo*, 1° Abril 1916. In_____. *La questione meridionale*. Molinara: West Indian, 2014.
- GRAMSCI, A. “Il Mezzogiorno e il facismo”, *L’Ordine Nuovo*, 15 Março 1924. In_____. *La questione meridionale*. Molinara: West Indian, 2014b.
- GRAMSCI, A. “La relazione di Gramsci sul III Congresso (Lione)”, *L’Unità*, 24 Fevereiro 1926. In_____. *La questione meridionale*. Molinara: West Indian 2014c.
- GRAMSCI, A. “Alcuni temi dela questione meridionale”, *Lo Stato operaio*, Janeiro 1930. In_____. *La questione meridionale*. Molinara: West Indian 2014d.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*: edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana, Torino: Einaudi, 2007.
- LENIN, V. I. *O programa agrário da socialdemocracia na primeira revolução russa de 1905 a 1907*. Rio de Janeiro: Virória, 1954.
- PROCACCI, Giuliano. *Storia degli italiani*. Roma-Bari: Laterza, 1975.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda, “Apresentação”, In PRADO JR., C.; FERNANDES, F. *Clássicos sobre a revolução brasileira*, São Paulo: Expressão Popular, 2005.